

História global: um empreendimento intelectual em curso

João Júlio Gomes dos Santos Júnior¹

Monique Sochaczewski[2]

Resumo: Este artigo procura debater a história global, um empreendimento intelectual em curso desde o início da década de 1990. A variedade de abordagens e correntes historiográficas, tais como as histórias conectada, cruzada, transnacional, comparada, global, mundial, e muitas outras, desvela as disputas internas desse campo acadêmico. De maneira geral, todas essas tendências compartilham a vontade de superar o nacionalismo metodológico e as visões eurocêntricas/ocidentalistas da história. Entretanto, para praticar uma história global, são necessários uma série de cuidados metodológicos e investimentos intelectuais. Por mais complicada que essa abordagem possa parecer, há uma série de novos temas e objetos extremamente interessantes para diversificar, ampliar e relacionar a produção histórica brasileira com outras historiografias.

Palavras-chave: história global; historiografia; métodos e técnicas.

Global History: an intellectual enterprise on course

Abstract: This article aims to discuss the global history, an intellectual enterprise on course since the beginning of the 1990's. The multiplicity of approaches and historical trends, as the connected histories, entangled histories, transnational history, comparative history, global history, world history, and others, reveals the internal dispute on the field. Nevertheless, all this trends share the will to overcome the methodological nationalism and the Eurocentric/occidental views of History. However, to practice a Global History are necessary some methodological cares and intellectual investment. Even it look like complicated, there are many new themes and subjects extremely interesting to diversify, to amplify and to relate the Brazilian historical production with others historiographies.

Keywords: global history; historiography; methods and technics.

Artigo recebido em 16 de março de 2017 e aprovado para publicação em 28 de abril de 2017.

[1] Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará (Uece) – Fortaleza - Brasil. *E-mail:* joao.julio@uece.br

[2] Programa de Pós-graduação em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Rio de Janeiro - Brasil.
E-mail: moniquesgoldfeld@gmail.com

DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2017v230304

O mundo atravessou importantes mudanças ao longo da segunda metade do século XX. Os processos de descolonização da África e da Ásia, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, trouxeram novos países para o cenário internacional e, ao mesmo tempo, foram essenciais para o surgimento de novas historiografias nacionais. As mudanças continuaram na década seguinte com dois momentos históricos: o massacre na Praça Celestial de Pequim e a queda do Muro de Berlim, ambos episódios ocorridos no ano 1989.

O primeiro girou em torno de um protesto organizado por estudantes chineses insatisfeitos com a corrupção e os rumos políticos estabelecidos pelo Partido Comunista Chinês. A manifestação sofreu com uma forte repressão militar, que culminou com a morte de centenas, ou até mesmo milhares, de pessoas. O segundo marcou a queda do muro que durante 28 anos dividiu Berlim em duas metades — uma parte ocidental (capitalista) e outra oriental (comunista). A reunificação da cidade foi um ponto essencial para a própria reunificação da Alemanha no ano seguinte.

Ainda em 1990, o mundo acompanhou a progressiva abertura política que Mikhail Gorbachev liderou na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); o fim da Guerra Fria; e a dissolução da própria URSS em 1991. Ainda em 1990, a libertação de Nelson Mandela, depois de 27 anos preso por lutar contra o racismo na África do Sul, em uma importante virada no regime do *Apartheid*.

Além de todos esses acontecimentos históricos, o mundo passava por um intenso processo de globalização com evidente encurtamento das distâncias em função das novas tecnologias; aceleração do tempo histórico; aumento populacional; e incremento das desigualdades econômicas e sociais. Não há dúvida de que o mundo mudou no contexto do início da década de 1990. Dessa forma, como bem salientou Georg Iggers (2010, p. 107), era preciso encontrar novas formas de escrever a história que fossem capazes de compreender as novas condições de vida, que se diferenciavam bastante daquelas anteriores a 1989.³

É aí que se insere a chamada história global — *global history* —, que vem instigando historiadores, bem como profissionais de áreas afins, como relações internacionais e “estudos de área”, a repensar suas metodologias e objetos de pesquisas. A chamada história global não tem definição unânime. Há, porém, algumas características claras, sobretudo a ideia de pensar a história para além das fronteiras nacionais e também a necessidade de se “provincializar” o Ocidente.

A proposta deste artigo é discutir de que forma a história global pode ser avaliada como uma resposta historiográfica a todo esse cenário de mudança descrito anteriormente. Para tanto, optou-se por dividi-lo em três partes. Em um primeiro momento, vamos avaliar as

³O argumento de Georg Iggers é mais bem desenvolvido na última parte do livro *A global history of modern historiography* (Iggers, Wang e Mukherjee, 2008), uma obra-síntese sobre diferentes culturas históricas ao redor do mundo. Nesse mesmo sentido, ver Daniel Woolf (2014). Para uma comparação mais detalhada dos desenvolvimentos historiográficos das escolas norte-americana, alemã e chinesa, ver Dominic Sachsenmaier (2011).

tendências historiográficas e algumas distinções conceituais para fornecer um grande panorama das alternativas historiográficas recentes. Em seguida, vamos apontar alguns desafios inerentes a essa proposta historiográfica, sobretudo suas dificuldades metodológicas. A terceira parte versará sobre algumas oportunidades e ganhos temáticos que se abrem para a historiografia brasileira, em uma tentativa de encaminhar possibilidades de pesquisas futuras.

Historiografia e conceitos

No início da década de 1990, Francis Fukuyama publicou o ensaio *O fim da história*, que proclamava a vitória da democracia liberal como modelo de organização social que seria copiado pelo resto do mundo. Apenas alguns anos depois, Samuel Huntington, que foi professor de Fukuyama, apresentou a tese *O choque das civilizações*. Nessa obra, o autor desenvolveu a ideia de que “a cortina de veludo das culturas substituiu a cortina de ferro da ideologia” (Huntington, 1996 apud Hartog, 2013, p. 175). O mundo estaria dividido em civilizações, e a coexistência harmônica entre elas seria impossível. Samuel Huntington chegava a identificar o multiculturalismo como um problema, pois possibilitaria a existência de “inimigos internos” dentro dos domínios ocidentais.

As teses de Fukuyama e Huntington desvelam o eurocentrismo que marcou (e ainda marca) grande parte da produção historiográfica mundial e que ajudou a reproduzir (in) conscientemente as noções de superioridade civilizacional da cultura ocidental sobre as demais. Entretanto, essas não foram as únicas respostas historiográficas desenvolvidas na década de 1990.

No mesmo período houve uma série de movimentos dispersos que buscaram evitar um enfoque exclusivamente eurocêntrico da história.⁴ Ao mesmo tempo, essas abordagens também identificaram o nacionalismo metodológico como outro problema a ser superado. O principal desafio seria encontrar alternativas que substituíssem satisfatoriamente o Estado-nação como eixo de análise.

Essa dificuldade remonta à própria constituição da história como disciplina na segunda metade do século XIX. Ao lado do surgimento dos Estados modernos, também foram criadas instituições para conservar a memória e os registros da história nacional, uma vez que a própria burocracia estatal produzia documentos nessa perspectiva. Dessa forma, os primeiros esforços acadêmicos que construíram as bases da disciplina histórica utilizaram os próprios marcos institucionais como referência (Kocka, 2012, p. 2). O processo de superar o nacionalismo metodológico sempre foi, portanto, um desafio aos historiadores. As soluções apresentadas, contudo, variaram ao longo do tempo.

⁴Daniel Woolf (2014, p. 41), por exemplo, chega a defender que na verdade houve um eurossolipsismo, ou seja, um eurocentrismo levado às últimas consequências que desconsiderou a produção de outros centros acadêmicos.

A história comparada, por exemplo, foi aventada por Marc Bloch ainda nos anos 1930 (Bloch, 1928, p. 15-50, e 1930, p. 17-35).⁵ Seus escritos específicos sobre o tema influenciaram diversas gerações de historiadores que buscaram na comparação uma estratégia de pesquisa para salientar as semelhanças e diferenças entre objetos, processos e espaços. Durante muito tempo, porém, a história comparada foi vista como uma atividade não recomendada para iniciantes, dado o alto grau de conhecimento e erudição necessários para dominar mais de uma tradição historiográfica.⁶

Outro interessante exemplo de tendência que buscou superar o nacionalismo metodológico foi a história atlântica. Entretanto, mesmo que houvesse esse objetivo maior que os unia, seus praticantes dividiam-se para classificá-la entre uma perspectiva ou campo acadêmico. Para os primeiros, ela seria eficaz para ampliar os horizontes dos especialistas que tradicionalmente dividiam-se em campos específicos (*Area Studies*), possibilitando agora comparações transnacionais. Para os últimos, a história atlântica teria o potencial de absorver outros campos mais antigos, como europeu, americano, latino-americano ou africano (Morgan e Greene, 2009, p. 4-5).⁷

Entretanto, o grande crescimento da história atlântica na década de 1990 não pode ser confundido com homogeneidade dentro dessa tendência. Há uma variedade de subabordagens, como a história cisatlântica, circum-atlântica e a transatlântica (Armitage, 2014, p. 209). Outros defendem que, enquanto a história atlântica possibilitaria enfatizar as conexões do atlântico, uma perspectiva hemisférica com ênfase na comparação — analisando hemisférios Norte e Sul e ilhas adjacentes — seria uma opção mais efetiva para transcender as estruturas nacionais (Greene, 2009, p. 301). Há ainda aqueles que pensam uma abordagem continental como uma alternativa complementar para história atlântica (Wood, 2009, p. 281), e outros que defendem uma divisão cronológica para distinguir os campos da história atlântica e da história global — para Nicholas Canny (2009, p. 320), por exemplo, só tem sentido falar de história atlântica entre 1492 e a década de 1820, depois desse recorte temporal seria mais correto falar em história global.

⁵Henri Pirenne (2015, p. 314) também já apontava os ganhos do método comparativo no discurso de abertura do V Congresso Internacional das Ciências Históricas realizado em 1923, em Bruxelas, no pós-Primeira Guerra Mundial.

⁶Para além das particularidades metodológicas específicas dessa abordagem — que não cabe serem aqui todas discutidas —, vale destacar duas das dificuldades inerentes ao trabalho comparativo, nominalmente a dificuldade em estabelecer as interações entre os objetos de comparação (Zimmermann e Werner, 2003, p. 93) e a possibilidade de reificar posições etnocêntricas, reforçando justamente o nacionalismo que se buscava superar (Gruzinski, 2001, p. 175-176). Nesse sentido, Debora Cohen (2001, p. 30) já apontava a necessidade de encontrar outras entidades de comparação para além do Estado-nação. Para Jürgen Kocka (2003, p. 44), a história comparada e a história cruzada não são excludentes e podem ser compatíveis, um posicionamento que busca integrar diferentes tendências historiográficas — postura semelhante àquela defendida por Jacques Revel, como veremos mais adiante.

⁷No final dos anos 1960, foi criado na John Hopkins University o primeiro programa de pós-graduação em história e cultura atlântica. Mais tarde, em 1996, a Harvard University passou a adotar cursos de história atlântica que depois foram ampliados para um seminário regular. Em seguida, diversas universidades pelo mundo passaram a ofertar cursos e até mesmo programas de mestrado em história atlântica.

Não param por aí, contudo, as tendências que buscaram superar o nacionalismo metodológico e ampliar a perspectiva de análise. Outro importante precursor desse movimento foi o sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, sobretudo em função de sua análise do “sistema-mundo”. Wallerstein conta, em reflexão sobre sua trajetória intelectual, que dedicou as duas primeiras décadas de sua carreira, dos anos 1950 a 1970, a estudar a África. Em função dessas pesquisas, sua leitura então, indo de encontro a quase todos que priorizavam o recorte da Guerra Fria, era de que a coisa mais importante acontecendo no século XX era a luta para vencer o controle do Ocidente do resto do mundo.

Suas questões de pesquisa então se ampliaram da África para uma perspectiva mais ampla, e em 1974 publicou duas obras essenciais, em que apresentava sua teoria: o primeiro volume de *The modern world-system* e o artigo “The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis”, na *Comparative Studies in Society and History*. Sua análise levava em conta duas decisões intelectuais. A primeira delas era justamente o entendimento de que a ideia de Estado soberano, ou sociedade nacional, não deveria ser a unidade de análise eleita para a pesquisa, uma vez que nenhum desses era um sistema social. Só um sistema social poderia explicar mudança social em sistemas sociais, e o único sistema social nesse esquema era o que denominou “sistema-mundo” (Wallerstein, 1974, p. 7). E a segunda era que a análise tinha de ser simultaneamente histórica e sistêmica, a fim de lidar seriamente com a descrição e a explicação do mundo real.⁸

Wallerstein, que hoje leciona na Yale University, teve papel inegável de propor uma mudança de perspectiva e de repensar premissas das ciências sociais do século XIX. Foi em grande medida o responsável por criar pontes entre as perspectivas globais incipientes entre história e sociologia. Abriu ainda os olhos e inspirou algumas gerações de pesquisadores a pensar as desigualdades na escala global quando da descolonização (Osterhammel, 2016, p. 30).

Outra iniciativa que procurou evitar o nacionalismo metodológico veio de um centro acadêmico não ocidental e acabou por questionar a própria postura eurocêntrica da historiografia. De acordo com Dipesh Chakrabarty (2010, p. 25), o *Subaltern Studies* foi um movimento intelectual surgido na Índia na década de 1980 influenciado pelas contribuições provenientes do marxismo inglês. Porém, não foi uma simples aplicação metodológica da “história vista de baixo” à realidade local. Ao contrário, as particularidades políticas, sociais, culturais e religiosas da Índia fizeram com que a historiografia “subalterna” indiana tivesse de se reinventar em termos teóricos e metodológicos, de maneira que fosse possível responder a determinadas questões particulares.

Esse exercício intelectual possibilitou uma inversão tanto do nacionalismo metodológico quanto do eurocentrismo historiográfico. Um exemplo disso pode ser o mesmo dado

⁸Sobre a trajetória de Wallerstein, ver: <<http://iwallerstein.com/intellectual-itinerary/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

por Sanjay Subrahmanyam (2013) em conferência proferida durante um congresso internacional na cidade de Lisboa: em vez de trabalhar com as impressões dos portugueses quando chegaram à Índia — uma questão histórica que tem sua validade —, o desafio seria inverter essa lógica e buscar compreender o que os indianos pensaram da chegada de Vasco da Gama.

As inovações continuaram nos anos seguintes. Nos anos 1990, por exemplo, houve a criação de novos centros acadêmicos, que buscaram alternativas de produção e análise historiográfica, assim como alguns renomados centros historiográficos, que se adaptaram às novas problemáticas do período.⁹ Entre as principais novidades está o *Journal of World History*, um periódico criado em 1990 pela World History Association, vinculado à University of Hawaii, assim como o *Journal of Global History*, criado em 2006, com sede na Cambridge University.

Esses novos periódicos, assim como aqueles mais antigos que se adaptaram aos novos tempos, passaram a defender a necessidade de estabelecer cruzamentos históricos; outros apontaram as vantagens advindas das conexões; outros ainda priorizaram a capacidade de costurar relações, seja entre objetos, metodologias, seja até mesmo entre estratégias narrativas. Além dessas problemáticas, cada tendência buscou se institucionalizar com a criação de diferentes associações e revistas científicas para divulgação dessa produção.

Cada uma dessas “novas tendências” surgiu defendendo seu território, seus conceitos e metodologias próprios. Concordamos com José d’Assunção Barros (2014a, p. 104, e 2014b, p. 288), quando aponta que essa pluralidade desvela uma disputa por campo acadêmico. Entretanto, a nosso ver, essa disputa dificultou a compreensão dessas correntes historiográficas como disposições mais gerais, ou desdobramentos, de dois pressupostos essenciais e típicos ao ofício do historiador no século XXI. Pode-se dizer que há um escopo comum entre essas tendências, que podem ser resumidas em duas características principais, nomeadamente: os esforços no sentido de evitar o nacionalismo metodológico e também de escapar ao eurocentrismo/ocidentalismo.

Por mais que para muitos pesquisadores essas discussões apareçam como “novidades”, na realidade essas tradições têm em torno de 25 anos e já foram incorporadas ao repertório conceitual e metodológico contemporâneo. Há uma pluralidade de estratégias historiográficas disponíveis, como *connected history*, *histoire croisée*, *entangled history*, *world history*, *global history*, *transnational history*, *shared history*, *big history* e outras. Para Diego Olstein (2015, p. 39), por exemplo, há pelo menos 12 maneiras possíveis de se “pensar a história globalmente”, para citar o título de seu livro (*Thinking history globally*), publicado recentemente.

⁹A própria revista dos *Annales*, por exemplo, alterou seu subtítulo em 1994 de *Economies. Sociétés. Civilisations* para *Histoire. Sciences Sociales*. Para Georg Iggers (2010, p. 118), essa alteração foi sintomática das mudanças advindas dos anos 1990. Na nota de rodapé de número 12 de seu texto, Iggers (2010, p. 119) aponta uma extensa relação de periódicos acadêmicos que no mesmo período abdicaram de parte de seu eurocentrismo e ampliaram suas áreas de concentração histórica. Grande parte desses periódicos está citada na tabela deste artigo (Tabela 1).

Tabela 1.

Doze estratégias historiográficas e suas respectivas associações profissionais e jornais acadêmicos

| Tendência historiográfica | Associação profissional | Revista/jornal acadêmico |
|-----------------------------|--|---|
| História comparada | – La Société Jean Bodin pour l’histoire comparative des institutions (1935) | – Recueils de la Société Jean Bodin pour l’histoire comparative des institutions (1935 – reapareceu em 1949) – Comparative Studies in Society and History (1958) |
| História relacional | – | – |
| Nova história internacional | – Society for Historians of American Foreign Relations (1967-1972) – International Studies Association | – Diplomatic History (1977) – The International History Review (1979) – Eletronic Journal of International History (2000) |
| História transnacional | – Geschichte Transnational (2004) | – |
| História oceânica | – Pacific Coast Branch of the American Historical Association (1903) – International Commission for Maritime History (1960) – Pacific History Association (1966) – International Maritime Economic History Association (1988) | – Pacific Historical Review (1933) – Journal of Pacific History (1972) – International Journal of Maritime History (1988) – Atlantic Studies (2004) |
| Sociologia histórica | – Comparative Historical Sociology Section within the American Sociological Association (1980) | – Journal of Historical Sociology (1988) |
| Análise civilizacional | – International Society for the Comparative Study of Civilizations (1961) | – Comparative Civilizations Review (1979) |
| Abordagem sistema-mundo | – Fernand Braudel Center, Binghamton University (1976) – Political Economy World-System section within the American Sociological Association (1978) – Institute for Research of World-Systems University of California at Riverside (2002) | – Review (1977) – Journal of World-System Research (e-journal) (1995) |

| Tendência historiográfica | Associação profissional | Revista/jornal acadêmico |
|---------------------------|--|--|
| História global | <ul style="list-style-type: none"> – European Network in Universal and Global History (2005) – Network of Global and World History Organizations (2008) – African Network of Global History (2009) – Latin American Network of Global History (2013) | <ul style="list-style-type: none"> – Comparativ. Zeitschrift für Globalgeschichte und vergleichende Gesellschaftsforschung (1991) – Journal of Global History (2006) |
| História da globalização | <ul style="list-style-type: none"> – The Forum of European Expansion and Global Interaction (FEEGI) (1996) | <ul style="list-style-type: none"> – Itinerario. International Journal on the History of European Expansion and Global Interaction (1977) – New Global Studies (2007) |
| História mundial | <ul style="list-style-type: none"> – World History Association (1982) – The Asian Association of World Historians (2008) | <ul style="list-style-type: none"> – World History Bulletin (1983) – Journal of World History (1990) – Zeitschrift für weltgeschichte (2000) – World History Connected (e-journal) (2003) – Monde(s). Histoire, Espaces, Relations (2012) – Asian Review of World Histories (2013) |
| Big history | <ul style="list-style-type: none"> – International Big History Association (2010) | <ul style="list-style-type: none"> – |

Fonte: Olstein (2015, p. 49-51).

No Brasil, houve pouquíssimos esforços no sentido de mapear e diferenciar cada uma dessas tendências. Entre as contribuições mais recentes, podemos citar novamente José d'Assunção Barros (2014a, p. 95, e 2014b, p. 278), que apresenta alguns “procedimentos relacionais” advindos, ou tributários, da grande família da história comparada. Os “procedimentos relacionais”, uma expressão tomada de empréstimo de Bénédicte Zimmerman e Michael Werner (2003, p. 90), englobariam a “história transnacional”, a “história conectada” e, sobretudo, a “história cruzada”. Entretanto, a análise de Barros deixa de lado importantes contribuições advindas de outras escolas historiográficas não francesas, o que acaba por deixar o mapeamento desses procedimentos um tanto quanto limitado.

Por mais que cada uma dessas tendências tenha características próprias, seja conceitual, temática ou metodológica, por vezes algumas dessas correntes podem se confundir e compartilhar alguns elementos comuns em sua análise ou narrativa. Diego Olstein

(2015, p. 51-58) nos lembra que essas sobreposições historiográficas (*overlaps*) acontecem de forma natural, uma vez que essas tendências compartilham características comuns que estão presentes, em maior ou menor grau, em cada uma dessas divisões. Portanto, Olstein (2015, p. 58) defende a interessante ideia de que são necessários 4Cs para se pensar a história de forma global. Seria preciso: conectar, comparar, conceituar e contextualizar. Esses 4Cs seriam as estratégias primárias que norteariam todas as 12 divisões historiográficas supracitadas.

Entretanto, hoje é possível afirmar, sem incorrer em erro, que limitar o debate da história global apenas entre essas 12 tendências não é o suficiente. É preciso também ficar atento aos debates oriundos de outros campos historiográficos que têm absorvido essas novidades e começado a propor interessantes articulações. Esse é o caso, por exemplo, de Jacques Revel, autor francês identificado com a metodologia da micro-história. Em seu conhecido *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, o autor já afirmava que não havia oposição entre história local e história global (Revel, 1998, p. 27-28). Em produções mais recentes, ele tem tentado articular a micro-história com a história global a partir do “princípio de variação de escala” (Revel, 2010, p. 443) e até mesmo defendido esse princípio como uma possibilidade metodológica da própria perspectiva transnacional (Struck, Ferris e Revel, 2011, p. 574).

Outra interessante proposta vem do historiador alemão Sebastian Conrad, que defende uma história global baseada no conceito de integração. Segundo Conrad (2016, p. 90), o que diferencia essa abordagem de outras é a escolha heurística de prestar atenção nas transformações estruturais em escala global, sempre privilegiando análises de contextos sistêmicos. O próprio autor comenta que o conceito de integração por ele proposto se aproxima bastante das noções sociológicas de estruturas (2016, p. 101), portanto haveria algumas estruturas mais recorrentes na história global, como as tecnologias, os impérios, a economia, as culturas e a biologia. Em uma abordagem integrada, seria comum a sobreposição dessas estruturas, uma vez que uma das tarefas da história global como perspectiva seria “compreender as relações entre diferentes causalidades operando em largas escalas” (2016, p. 107).¹⁰

Para citar outro importante intelectual que começou a refletir sobre o impacto dessa “virada transnacional” — um conceito de Micol Siegel (2005, p. 62) e Akira Iriye (2007, p. 375) que parece estar cada vez mais consolidado — dentro da história política, é preciso mencionar Jean-François Sirinelli (2011). Por mais que Sirinelli não avance muito na discussão, a simples constatação de que é preciso (re)pensar o campo da história política sob o olhar da história global é extremamente sintomático da necessidade de mudanças historiográficas em um mundo cada dia mais globalizado.

Portanto, mais do que apresentar uma genealogia da história global, definir cada uma dessas tendências ou ainda procurar estabelecer suas sutis diferenças, tal como outros autores

¹⁰Tradução nossa do original inglês. Para uma excelente resenha desse livro, ver: Serge Gruzinski (2016).

antes já o fizeram (Mazlish, 2001, p. 5; O'Brien, 2006, p. 3-39; Vengoa, 2009, p. 303; Prado, 2012, p. 21; Ficker, 2014, p. 1), nossa intensão foi mostrar a pluralidade de estratégias historiográficas existentes, assim como destacar duas características que as une: as tentativas de evitar o eurocentrismo/ocidentalismo e o nacionalismo metodológico.

Desafios metodológicos

É importante ressaltar que a história global é um “empreendimento emergente, com um conjunto de premissas e questões radicalmente diferentes”, como ressalta Pamela Kyle Crossley (2015, p. 20). Por um lado, pressupõe a formulação de novas perguntas de pesquisa e o questionamento de certos dogmas fundadores da disciplina. Ela implica também novos métodos de pesquisa ao propor uma mudança de escala historiográfica, no caso empenhando-se em pensar o globo.

Por um lado, como já apontado, há o esforço de “provincializar” o Ocidente, buscando conhecer e traçar relações com outras regiões do mundo. Por outro, o empenho é também de “desparoquializar” as histórias nacionais. E nesse sentido, em especial, o domínio da “longa duração” é essencial:

A visão de curto prazo é cada vez mais uma maneira inadequada de encarar os desafios contemporâneos nacionais e globais [...]. O olhar de longo prazo nos permite questionar a ascensão de complexidades de longo prazo sobre muitas décadas, séculos ou milênios, e a [sic] distinguir o que é temporário ou contingente daquilo que é permanente e cumulativo entre nossos atuais desgostos globais. Também pode revelar estratégias alternativas de sociedades passadas. (Armitage, 2014b)¹¹

A perspectiva dos historiadores globais, como ressalta Pamela Crossley (2015, p. 113), deve ser ampla não só em termos espaciais, mas também cronológicos, a fim de obter melhor compreensão do funcionamento dos grandes padrões na história humana. É com essa escala que se faz possível verificar o que há de divergente, de convergente, de influências e de como esses sistemas se constituem.

Dipesh Chakrabarty, talvez dos mais famosos defensores da necessidade do “descenramento do olhar”, defende uma abordagem da história do mundo que, justamente para se desfazer do eurocentrismo, varie os pontos de vista (Boucheron, 2011, p. 11). A chamada

¹¹Tradução nossa do original inglês. O retorno da longa duração como abordagem mais condizente com as necessidades contemporâneas, assim como a defesa do papel público do historiador como profissional mais bem capacitado para análises conjunturais, foi argumento desenvolvido no livro conjunto de David Armitage e Jo Guldi, intitulado *The history manifesto* (2014), e depois no artigo publicado na revista dos *Annales* (2015a). Essa obra gerou um interessante debate na *American Historical Review* a partir da crítica elaborada por Debora Cohen e Peter Mandler (2015) e a réplica dos autores (2015b).

“história conectada”, fortemente vinculada às figuras de Sanjay Subrahmanyan e de Serge Gruzinski, já defendia a exploração intensiva de recursos arquivísticos locais para abordar de perto as interações sociais.

Sanjay Subrahmanyan ressalta que foi justamente em sua temporada na França, quando teve acesso a outros arquivos e a profissionais que trabalhavam com outras regiões do mundo, que se sentiu estimulado a fazer “histórias conectadas” ou “transfronteiras”, sendo as fronteiras não necessariamente políticas, mas também aquelas definidas pelas convenções historiográficas. A intenção era pensar para além da história nacional francesa, em uma comparação na qual os objetos não fossem necessariamente os Estados-nação. A verdade, porém, como o autor reconhece, é que ainda é muito difícil para os pesquisadores — provavelmente por problemas em suas formações — elaborar análises que sigam essa abordagem para os séculos XIX e XX, que são muito dominados pela história nacional.

Subrahmanyan reflete também sobre a questão do idioma. Para além de diferentes línguas dos documentos que o pesquisador deve encontrar em uma pesquisa multiarquivo, há de se refletir também sobre aquela em que se divulgará a pesquisa. O autor indiano fala de certo sentimento de culpa em não escrever em línguas indianas, mas diz também que “fazê-lo é privar-se de um mercado de interlocutores” (Subrahmanyan, 2015). No caso específico da Índia, há uma diversidade linguística muito grande, o que acaba por transformar a escolha de uma língua em detrimento de outra uma questão política.

Nesse sentido, o inglês acaba sendo quase que o “globês”, tendo em vista que é de fato a língua que permite a interação com diversos pares, bem como a leitura de obras gerais e introdutórias. Esse processo de adaptação/aceitação da necessidade de compreender, falar e produzir em outra língua, mais especificamente o inglês, tem sido discutido até mesmo na França, uma escola historiográfica que produziu e influenciou os rumos da disciplina histórica no século XX. De acordo com Jean-François Sirinelli (2015, p. 1), atualmente a língua francesa representaria uma desvantagem em termos de divulgação do conhecimento científico.

Para além da questão linguística para divulgação, autores como Kenneth Pommeranz, professor da University of Chicago e ex-presidente da American History Association, e Dominic Sachsenmaier, atualmente professor da Jacobs University em Bremen (Alemanha), também ressaltaram a importância do investimento linguístico em suas pesquisas (Pommeranz, 2014, p. 86; Sachsenmaier, 2014, p. 109). Enquanto Kenneth Pommeranz, autor do clássico *The great divergence*, teve de aprender mandarim para dar conta de sua comparação entre o desenvolvimento econômico da China e da Inglaterra no final do século XVIII, Dominic Sachsenmaier estudou chinês clássico para conseguir trabalhar as relações de trocas culturais entre o catolicismo e o confucionismo. Ou seja, uma vez que o historiador decida se ater a algum tópico específico de pesquisa, é essencial o domínio do idioma mais diretamente a este relacionado.

No que diz respeito ao esforço de evitar o eurocentrismo, há pesquisas que alcançaram soluções interessantes. Philippe Minard, por exemplo, ao analisar o livro de Romain Bertrand, destaca como esse autor foi capaz de sair do ponto de vista colonial e aplicar às sociedades não europeias uma igualdade de tratamento documental, defendendo uma “história em partes iguais”. Em sua pesquisa sobre os contatos entre holandeses e javaneses no fim do século XVI, Bertrand buscou levar em conta as contribuições do encontro entre estes “sem adotar um ponto de vista que seria necessariamente parcial” (Minard, 2015, p. 57). Seu intuito foi de manter a “parte igual entre eles”. Do lado europeu de sua pesquisa, lançou mão de narrativas de viagens e diários de bordo como fontes. Já do lado javanês, as fontes foram todas as crônicas locais disponíveis. A constatação de uma “assimetria documental”, com diferentes fontes com registros discursivos variados, não o fez renunciar à ideia de manter a “parte igual” entre os dois universos. Respeita-se, assim, também as diferenças internas de cada lado quando do encontro e lança-se mão de um método que Philippe Menard chama de “história simétrica”, e de vaivém entre Ásia e Ocidente.

Kenneth Pomeranz, já lembrado, lançou mão de metodologia parecida, de uma “comparação recíproca”, buscando dar igual dignidade aos dois universos comparados — no caso, a comparação econômica entre Europa e China —, “sem teleologia nem etnocentrismo” (Minard, 2015, p. 57). Seu intuito foi de explicar quais podem ter sido os fatores da divergência entre essas entidades políticas no final do século XVIII. As similaridades elencadas foram ressaltadas, mas fazê-lo não significava considerá-las totalmente semelhantes, “mas estabelecer ‘equivalências aproximativas’ que permitem construir uma comparação e assim avaliar que fatores puderam ter uma influência determinante”.¹²

Diferentemente de Romain Bertrand, porém, Kenneth Pomeranz não trabalhou com fontes primárias e inéditas. Para Pamela Kyle Crossley, uma característica metodológica da história global é justamente não usar fontes primárias, mas basear suas pesquisas em trabalhos feitos por outros historiadores, “fazendo comparações, observando padrões amplos e propondo maneiras de compreender a natureza e o significado de toda história humana” (Crossley, 2015, p. 14 e 138).

Ao que nos parece, porém, o historiador global pode tanto lançar mão de pesquisas secundárias em suas análises como de fontes primárias, atentando para as especificidades de cada lado no âmbito de uma pesquisa multiarquívica: da natureza da fonte, de seu idioma e

¹²Como ressaltou ainda Erick Monnet em análise da obra de Pommeranz, “estudar as diferentes regiões num dado momento não equivale a dizer que tiveram evoluções semelhantes anteriormente”. Dessa maneira, o exercício de comparação proposto por Pomeranz tem em grande medida um raciocínio contrafactual, uma vez que questiona o que teria ocorrido se algum fator tivesse sido diferente, ou mesmo comum (Monnet, 2015, p.44).

também de seu acesso. Nesse sentido, a tecnologia vem facilitando a vida dos pesquisadores atentos a questões globais, uma vez que são muitas as iniciativas de digitalização de fontes.¹³

Para Jürgen Kocka (2012, p. 4), nem todo mundo está convencido dos benefícios da história global. Para ele, há pelo menos três questões que precisam ser debatidas. Porém, também existem “antídotos” que podem ser adotados pelos historiadores para escapar desses perigos metodológicos.

A primeira questão é sobre a delimitação temporal e espacial dos objetos. Na abordagem global, deve ser evitada a superficialidade dos temas para não ocorrer ideologização. O antídoto seria: modéstia na elaboração dos objetivos; alto grau de autorreflexão; conhecimento, erudição, habilidade e senso de proporção. O segundo problema é o fácil exagero nas relações e analogias como fatores explicativos. O antídoto recomendado: não negligenciar as comparações em suas complexidades de diferenças e semelhanças. O terceiro problema apontado por Kocka é que não se deve esquecer que o espaço de produção influencia a produção histórica; assim, é necessário prestar atenção quando os conceitos são influenciados pelo contexto regional, cultural e intelectual. Nesse caso, o indispensável antídoto é ter interpretações históricas de distintos contextos regionais e culturais competindo entre si para ampliar e desnaturalizar algumas questões.

Outro desafio bem lembrado por Barbara Weinstein (2013, p. 25) é a questão dos financiamentos de pesquisa, acesso a bibliotecas e acervos de arquivos. Infelizmente, existe um *deficit* de recursos na América Latina como um todo, o que acaba se tornando uma barreira para o desenvolvimento de novas tendências historiográficas na região.

Vê-se aqui, portanto, que são muitos os desafios metodológicos para aqueles que praticam ou pretendem praticar a história global. Fica clara, porém, a necessidade de se trabalhar com a longa duração, a validade de se trabalhar tanto com fontes primárias quanto com secundárias, e a necessidade de uma pesquisa multiarquivo que contemple os lados tratados na investigação. O método comparativo, seja buscando “as partes iguais”, seja buscando a reciprocidade, já é bastante usado, assim como o exercício contrafactual. Há clara necessidade de domínio de idiomas, como o inglês, para maior impacto da pesquisa e debates a seu respeito, além das línguas específicas de cada fonte. Por fim, faz-se necessário o domínio por parte do pesquisador da tecnologia para facilitar o acesso a fontes ou tratá-las, assim como para eventualmente gerir pesquisa coletiva e também divulgá-la eficientemente.

¹³Entrevistas de história oral podem agora ser realizadas por Skype e afins. A tecnologia é também essencial para coletar informações e também processá-las. Ainda nesse quesito, é válido ressaltar que a tecnologia vem viabilizando estudos e pesquisas a distância, apoiando outra característica essencial da história global, o trabalho em equipe/cooperação em rede de pesquisas. Um curso introdutório em plataformas como o Coursera, por exemplo, pode servir de pontapé inicial em pesquisas com pouca tradição no Brasil, permitir acesso a grandes professores/pesquisadores e ainda a interação com outros estudiosos de todo o planeta. *E-books* e plataformas como J-Stor e Pro-Quest facilitam e agilizam o acesso a fontes secundárias úteis em fases iniciais de pesquisa. Reuniões de equipe de pesquisa, participações em conferências internacionais e até participação em bancas podem ser realizadas por videoconferências.

Possibilidades e perspectivas temáticas no Brasil

A ampliação dos objetos de pesquisa, assim como os esforços no sentido de evitar o nacionalismo metodológico e os posicionamentos eurocêntricos, desvelou uma pluralidade de novas temáticas/abordagens historiográficas. Temos acompanhado diversos empreendimentos editoriais publicados no exterior que têm intuito de “mapear o campo”.

Um dos primeiros esforços nesse sentido foi *Conceptualizing global history*, uma obra organizada em 1993 por Bruce Mazlish e Ralph Buultjens. A ideia de apresentar uma nova perspectiva acadêmica e um novo subcampo da história mostra o pioneirismo dessa reflexão em um contexto em que havia poucos avanços dentro da então incipiente história global. Naquela obra, porém, alguns típicos objetos de pesquisa já eram apresentados, como: as questões ambientais; o medo internacional de um desastre nuclear; a ampliação das atividades econômicas multinacionais; e os avanços da exploração espacial com a organização de redes de satélites (Bentley, 1995, p. 1).

Depois de alguns anos, com o amadurecimento das associações profissionais e dos periódicos internacionais, a história global fortificou-se e passou a ser reconhecida por sua abordagem original, seja em relação às fontes, metodologias, abordagens ou narrativas. Nos últimos anos, apareceram novas obras coletivas oferecendo um panorama da perspectiva global.

Um desses esforços é *The Oxford handbook of world history*, organizado por Jerry H. Bentley (2011). Em seus 31 capítulos escritos por autores de diferentes partes do mundo, é possível vislumbrar a pluralidade de temáticas que buscam uma história para além das fronteiras nacionais, em nítidos esforços para escapar de uma visão eurocêntrica/ocidentalista, como: história ambiental mundial; agricultura; pastoreio nômade; guerras; gêneros; religiões; tecnologias; ciências; engenharias; agricultura avançada; migrações; comércio; industrialização; trocas biológicas; trocas culturais; impérios pré-modernos; imperialismo moderno; e também o estudo de determinadas regiões e sua integração global, a partir da Eurásia, Ásia Oriental, Ásia do Sul, Oriente Médio, África, Mediterrâneo, América do Sul, Oceania, Pacífico e outras.

No ano seguinte, foi publicado *The companion to world history*, editado por Douglas Northrop (2012). Essa obra distingue-se da anterior por seu formato. No lugar de explorar temáticas de pesquisa, a editora Wiley-Blackwell priorizou reflexões sobre técnicas, metodologias, pedagogias, usos públicos, categorias, conceitos, comparações, estruturas e conexões. Foram convidados 33 especialistas, que apresentaram contribuições com textos tanto mais introdutórios quanto mais aprofundados sobre a história global/mundial.

Se, após a leitura desses dois compêndios, a ideia de produzir uma história global possa parecer um tanto quanto complicada, em 2014 foi lançado *Architects of world history: researching the global past*, uma obra organizada por Kenneth R. Curtis e Jerry H. Bentley (póstumo), com

alguns autores já consagrados dentro da história global. O livro mostra como pesquisadores como John McNeill, Kenneth Pomeranz, Dominic Sachsenmaier, Lauren Benton, David Christian, entre outros, se tornaram *world historians* (historiadores mundiais). O formato do livro oferece a oportunidade de acompanhar trajetórias, leituras, investimentos linguísticos, oportunidades de emprego e publicações que levaram esses autores a se preocupar com a dimensão global da história.¹⁴

Vê-se, portanto, que no Norte Global já existem inúmeras iniciativas dignas de nota. Mas, e no chamado Sul Global, e em especial no Brasil? O que já existe de pesquisa elaborada a partir da perspectiva da história global?

Como ressalta Alexandre Moreli Rocha (2015, p. 284), a primeira obra programática sobre história global produzida na América Latina é *El mundo global: una historia*, de autoria de Hugo Fanzio Vengoa e publicada em 2013. Professor da Universidad de los Andes, na Colômbia, com larga vivência internacional, Vengoa usa o “ano-acontecimento”, de 1968, como o início de uma nova era por causa de mudanças em todos os processos sociais. Para além de buscar compreender o desenvolvimento da globalização, esforça-se também por redefinir o mundo como categoria histórica ou social, além de defender certo engajamento pela criação de uma consciência cosmopolita global.¹⁵

É, porém, também um sul-americano o autor de obra das mais festejadas em termos de história global, utilizando-se largamente de exemplos sul-americanos. Trata-se do argentino, educado em Israel e que atualmente leciona nos Estados Unidos (além de circular por universidades da Índia e da China em tempos recentes), Diego Olstein, em seu *Thinking history globally* (2015), já citado. É com a história da Argentina durante o governo de Juan Domingo Perón (1946-1955) que Olstein propõe o exercício de buscar um olhar global usando seus 4Cs: conectar, comparar, conceituar e contextualizar.

A comparação poderia ser feita, por exemplo, com o governo de Getúlio Vargas no Brasil, levando-se em conta tratar-se de regimes autoritários que buscaram apoio em ampla base social e que ganharam legitimidade com eleições democráticas. Porém, o distante Egito de Gamal Abdel Nasser (1956-1970) também poderia ser comparado, pois se iniciou autoritariamente em 1952, ganhou legitimidade popular em 1956 e se baseou fortemente em apoio social de trabalhadores.

¹⁴Sobre esse livro, ver nossa resenha: SANTOS JR., (2015).

¹⁵Para Alexandre Moreli Rocha (2015, p. 285), essa obra é importante por ser gestada no Sul Global, mas também por se mostrar uma obra de balanço e reflexão, “típica da pena de historiadores estabelecidos”; por deixar ver que a relativização das questões espaçotemporais, além de revelar “conexões desmerecidas ou esquecidas”, também faz dialogar, ou pôe em choque, diferentes tradições historiográficas que rumam ao “global”; e, por fim, por se apresentar como uma obra programática, mesmo que se diga mais humilde.

A conexão proposta seria com a Grã-Bretanha, buscando compreender como o declínio desta impactou a elite econômica e o agronegócio argentinos. Isso teria permitindo a ascensão de novas forças políticas e uma condução econômica diferente, baseada nas nacionalizações, no desenvolvimento do setor industrial e no estímulo ao mercado doméstico.

A conceituação buscaria elementos na análise civilizacional para se refletir sobre uma civilização latino-americana em que, entre os anos 1940 e 1950, o poder esteve nas mãos de líderes carismáticos com ampla base social em um típico regime populista, com intervenção política, regulação econômica e propriedade pública como receita para alcançar a industrialização.

A contextualização poderia vincular o fenômeno argentino à ascensão global de partidos mais comprometidos com os mercados locais, com políticas de substituição de importações com incremento industrial e com nacionalizações de empresas estrangeiras, tudo como respostas ao contexto do pós-Segunda Guerra Mundial de declínio britânico e ascensão da URSS. Assim, diversos regimes populistas emergiram entre as décadas de 1940 e 1970, entre eles o peronismo. É dessa maneira que Diego Olstein procura contextualizar globalmente o governo de Perón.

Vengoa e Olstein não figuram entre os “fundadores” da Red Latinoamericana de história global, mas certamente afinam-se com ela. A rede em questão vincula-se as Global Network of Global and World History Organizations, criadas em 2008, mas que ainda se encontram em fase inicial de organização. A Red Latinoamericana de História Global, que teve seu primeiro encontro em 2013 em Buenos Aires, organizou recentemente a importante Global History Conference, realizada no Rio de Janeiro em outubro de 2016. O evento foi organizado em parceria entre o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc/FGV), nas pessoas de Alexandre Morelli e Paulo Fontes; Alexandre Fortes, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Diego Olstein, da Pittsburg University; Rafael Marquese, da Universidade de São Paulo (USP); e Stella Krepp, da Universität Bern.¹⁶

Essa excelente iniciativa acadêmica pode ser considerada uma resposta brasileira ao desenvolvimento dessas novas perspectivas e abordagens. Parece que, aos poucos, o historiador brasileiro está incorporando, discutindo e contribuindo efetivamente para o debate sobre a história global. As causas desse relativo “*delay* historiográfico” são múltiplas e controversas. Talvez uma das possíveis razões esteja na excessiva fragmentação analítica da história social, seja na matriz thompsoniana, na terceira geração dos *Annales* ou ainda nas

¹⁶Ver a programação completa do evento em: <http://ri.fgv.br/sites/default/files/noticias/arquivos-relacionados/ghc_programa.pdf>. Acesso em: 1o mar. 2017.

ramificações da micro-história. É possível, portanto, que esse cenário tenha ajudado a inibir o florescimento de macroanálises nos departamentos de história brasileiros.¹⁷

De qualquer forma, nesse sentido de renovação vale a pena mencionar o importante LabMundi, o Laboratório de Estudos sobre o Brasil e Sistema Mundial, com sede na USP. Esse laboratório está ligado à Whethearhead Initiative on Global History, da Harvard University, e tem promovido interessantes intercâmbios acadêmicos de professores e alunos.¹⁸

Outra salutar iniciativa está acontecendo dentro da própria Associação Nacional de História (Anpuh). Em 2015, houve o primeiro Simpósio Temático (ST) sobre história global no encontro nacional da Anpuh, ocorrido na cidade de Florianópolis.¹⁹ No ano seguinte, a Anpuh/RJ propôs um encontro estadual na UFRRJ com a temática “Entre o local e o global”, e também contou com um ST específico para discutir a história global.²⁰ Em 2016, houve ainda a constituição do primeiro Grupo de Trabalho (GT) de história global dentro do encontro estadual da Anpuh/CE.²¹ Em 2017, aconteceu um novo ST sobre história global no encontro nacional da Anpuh em Brasília,²² sem falar em outros simpósios temáticos que declaradamente procuram realizar o diálogo entre o local e o global ou que enfatizam o aspecto transnacional de seus objetos.

O recente interesse despertado pela história global no Brasil também foi acompanhado pela publicação de dossiês temáticos em conceituadas revistas acadêmicas. A primeira iniciativa nesse sentido talvez tenha sido da *Revista Brasileira de História*, que no segundo semestre de 2014 publicou um dossiê sobre “O Brasil na história global”, organizado por Alexandre Fortes (2014, p. 7-9). O dossiê reuniu excelentes contribuições nas áreas de história ambiental, colonização, gênero, escravidão, história das relações internacionais, história do trabalho e ensino de história. Da mesma forma, deve ser mencionada a recente publicação da *Revista Estudos Históricas*, do Cpdoc/FGV, que propôs para sua edição de número 60 a temática “Perspectivas globais e transnacionais”, organizada por Alexandre Moreli (2017).

Todas essas atividades, instituições e publicações demonstram a importância e o crescente interesse que a história global tem despertado nos historiadores brasileiros. Talvez

¹⁷Agradecemos ao parecerista anônimo que chamou nossa atenção para o domínio desses paradigmas na historiografia brasileira a partir da década de 1980. Por mais que essa hipótese não deva ser descartada, extrapolaria os limites deste artigo desenvolvê-la.

¹⁸Mais informações sobre o LabMundi em: <<http://labmundi.fflch.usp.br/node/34>>. Acesso em: 1o mar. 2017.

¹⁹Ver o ST sobre história global da Anpuh de 2015 em: <http://www.snh2015.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=2043>. Acesso em: 1o mar. 2017.

²⁰Ver o ST sobre história global da Anpuh/RJ de 2016 em: <http://www.encontro2016.rjanpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=2262>. Acesso em: 1o mar. 2017.

²¹Ver a programação da Anpuh/CE de 2016 com a constituição do GT de história global em: <<http://uece.br/eventos/eehce2016/>>. Acesso em: 1o mar. 2017.

²²Ver o ST sobre história global da Anpuh de 2017 em: <http://www.snh2017.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=102>. Acesso em: 1o mar. 2017.

fosse interessante instigar ainda mais o diálogo da história com outras disciplinas, em especial as letras; estimular o estudo de línguas e até mesmo seu aprendizado pela internet; também deveríamos promover a interdisciplinaridade com núcleos de pesquisa capazes de articular diferentes instituições com produções nessa área; seria ideal se pudéssemos contar também com agências privadas de financiamento de pesquisa.²³ Todas essas ideias e sugestões podem colaborar para o desenvolvimento de novas pesquisas não apenas em história global, mas em diferentes áreas e temáticas.

Considerações finais

Como ressaltou Yuval Noah Harari (2015, p. 8), no prefácio do livro de Diego Olstein, o mundo hoje é uma unidade global. Há problemas globais, que devem ser resolvidos por meio de esforços globais. Nesse sentido, cabe aos historiadores explicar de que maneiras chegamos até aqui, reescrevendo a narrativa sobre o passado a partir de uma perspectiva global.

Como se viu ao longo deste artigo, a história global pode ser considerada uma resposta historiográfica às mudanças conjunturais da década de 1990. Ela não tem apenas uma tradição, fixa e limitada. Ao contrário, é ampla, diversificada e continua a ser um campo de experimentações em disputa, seja narrativas, temáticas, metodológicas ou até mesmo epistemológicas (Siegel, 2005).

Seja qual for a abordagem escolhida (conectada, comparada, global, mundial, transnacional etc.), o mais importante é superar o nacionalismo metodológico, assim como as abordagens exclusivamente eurocêntricas/ocidentais. Para tanto, são necessários diversos cuidados metodológicos, desde a escolha do recorte espacial e temporal até o acesso a fontes primárias, ou então o investimento linguístico. O caminho não é fácil e desperta grandes incertezas nos mais céticos, já acostumados com algumas temáticas clássicas do *métier*.

Entretanto, a história global traz uma importante diversificação de temas e objetos que, em nosso entender, é extremamente salutar para historiografia como um todo. Parece-nos ser um passo indispensável para nos tornar mais interligados e capazes de pensar a história de novas maneiras. Como disse Jacques Le Goff (2001, p. 21): “o historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e de aventura”. Deve, de certa forma, buscar caminhos para a história, essa ciência ainda na infância.

²³Em tempos de crise, porém, é preciso estar atento aos editais internacionais. Ver, nesse sentido, as plataformas Armacad e Mladiinfo.

Referências bibliográficas

- ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. *História Unisinos*, v. 18, n. 2, p. 206-217, 2014.
- _____. Why politicians need historians. *The Guardian*, 7 out. 2014b. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/education/2014/oct/07/why-politicians-need-historians>>. Acesso em: 18 jan. 2016.
- _____; GULDI, Jo. *The history manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- _____; _____. The return of the *longue durée*: an Anglo-saxon perspective. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 70, n. 2, p. 1-56, abr./jun. 2015a.
- _____; _____. The history manifesto: a replay to Deborah Cohen and Peter Mandler. *American Historical Review Exchange*, v. 120, n. 2, p. 543-554, abr. 2015b.
- BARROS, José d'Assunção. *História comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014a.
- _____. História cruzada: considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 277-310, 2014b.
- BENTLEY, Jerry H. (Ed.). *The Oxford handbook of world history*. Nova York: Oxford University Press, 2011.
- _____. Review of Mazlish, Bruce; Buultjens, Ralph. Conceptualizing Global History. *H-World, H-Net Reviews*. August, 1995. Disponível em: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=137>>. Acesso em: 18 set. 2015.
- BENTLEY, Jerry H.; CURTIS, Kenneth R. (Ed.). *Architects of world history: researching the global past*. West Sussex, UK: Wiley Blackwell, 2014.
- BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de Synthèse Historique*, v. 6, p. 15-50, 1928.
- _____. Comparaison. *Bulletin du Centre International de Synthèse*, Paris, n. 9, p. 17-35, 1930.
- BOUCHERON, Patrick. O entreter do mundo. In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 7-20.
- CANNY, Nicholas. Atlantic history and global history. In: MORGAN, Philip D.; GREENE, Jack P. *Atlantic history: a critical appraisal*. Nova York: Oxford University Press, 2009. p. 317-336.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Una pequeña historia de los estudios subalternos. In: SANDOVAL, Pablo (Org.). *Repensando la subalternidad: miradas críticas desde/sobre América Latina*. 2. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2010. p. 25-52.
- COHEN, Deborah. Comparative history: buyer beware. *Ghi Bulletin*, n. 29, p. 23-33, 2001.
- _____; MANDLER, Peter. The history manifesto: a critique. *American Historical Review Exchange*, v. 120, n. 2, p. 530-542, abr. 2015.
- CONRAD, Sebastian. *What is global history?*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2016. *e-book*.
- CROSSLEY, Pamela Kyle. *O que é história global?*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- FICKER, Sandra Kuntz. Mundial, transnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne]*, Debáts, mis en ligne le 27 mars 2014. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/66524>>. Acesso em 13 maio 2015.
- FORTES, Alexandre. Apresentação. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 7-9, jul./dez. 2014.
- GREENE, Jack P. Hemispheric history and Atlantic history. In: MORGAN, Philip D.; GREENE, Jack P. *Atlantic history: a critical appraisal*. Nova York: Oxford University Press, 2009. p. 299-315.
- GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*, v. 2, n. 2, p. 175-195, 2001.
- _____. How to be a global historian. *Public Books*, 15 set. 2016. Disponível em: <<http://www.publicbooks.org/nonfiction/how-to-be-a-global-historian>>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- HARARI, Yuval Noah. Foreword. In: OLSTEIN, Diego. *Thinking history globally*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015. p. 8-9.
- HARTOG, François. Experiência do tempo: da história universal à história global?. *História, Histórias*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 164-179, 2013.
- IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 4, p. 105-124, 2010.
- _____; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Suprya. *A global history of modern historiography*. Londres: Pearson/Longman, 2008.
- IRIYE, Akira. The transnational turn. *Diplomatic History*, v. 31, n. 3, p. 373-376, 2007.
- KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. *History and Theory*, v. 42, n. 1, p. 39-44, 2003.

- _____. Global history: opportunities, dangers, recent trends. *Culture & History Digital Journal*, v. 1, n. 1, p. 1-6, 2012.
- LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MAZLISH, Bruce. La historia se hace historia: la historia mundial y la nueva historia global. *Memoria y Civilización*, n. 4, p. 5-17, 2001.
- _____; BUULTJENS, Ralph. Conceptualizing global history. Revisão de Jerry H. Bentley. Boulder: Westview Press, 1993. Disponível em: <<http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=137>>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- MINARD, Philippe. Holandeses e javaneses, história de um encontro incerto. In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 55-61.
- MONNET, Éric. A Inglaterra, a China e a Revolução Industrial. In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 39-46.
- MORELI, Alexandre. Vida (e morte?) da História Global. *Revista Estudos Históricos*, v. 30, n. 60, p. 5-16, janeiro-abril 2017.
- MORGAN, Philip D.; GREENE, Jack P. Introduction: the present state of Atlantic history. In: *Atlantic history: a critical appraisal*. Nova York: Oxford University Press, 2009. p. 3-33.
- NORTHROP, Douglas (Ed.). *A companion of world history*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- O'BRIEN, Patrick. Historiographical tradition global perspective. *Journal of Global History*, Londres: London School of Economics and Political Science, v. 1, n. 1, p. 3-39, 2006.
- OLSTEIN, Diego. *Thinking history globally*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.
- OSTERHAMMEL, Jürgen. Global history and historical sociology. In: BELICH, James; DARWIN, John; FRENZ, Margret; WICKHAM, Chris. *The prospect of global history*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- PIRENNE, Henri. Do método comparativo na história: discurso de abertura do V Congresso Internacional das Ciências históricas (1923). Tradução de Andréia Cristina Lopez Frazão da Silva e Andréia Reis Ferreira Torres. *História e Historiografia*, n. 17, p. 308-316, 2015.
- POMMERANZ, Kenneth. No great divergence? Reaching world history through East Asian studies. In: BENTLEY, Jerry H.; CURTIS, Kenneth R. (Ed.). *Architects of world history: researching the global past*. West Sussex, UK: Wiley Blackwell, 2014.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. América Latina: história comparada, histórias conectadas, história transnacional. *Anuario*, n. 24, n. 3, p. 9-22, 2012.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-39.
- _____. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.
- ROCHA, Alexandre Moreli. O global como nova era da história. *História e Historiografia*, n. 18, p. 283-288, 2015.
- SACHSENMAIER, Dominic. *Global perspectives on global history: theories and approaches in a connected world*. Nova York: Cambridge University Press, 2011.
- _____. Cultural and religious exchanges. In: BENTLEY, Jerry H.; CURTIS, Kenneth R. (Ed.). *Architects of world history: researching the global past*. West Sussex, UK: Wiley Blackwell, 2014.
- SANTOS JR., João Júlio Gomes dos. Os arquitetos da história global: trajetórias de pesquisa. In: *História e Historiografia*, n. 18, 2015, p. 289-294.
- SIEGEL, Micol. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. *Radical History Review*, v. 91, p. 62-90, 2005.
- SIRINELLI, Jean-François. L'histoire politique du "transnational turn"; l'agora, la cité, le monde... et le temps. *Revue Historique*, Paris, n. 658, p. 391-408, 2011.
- _____. Les histoires politique et culturelle à l'épreuve de la mondialisation. In: CAUCHY, Pascal (Dir.) et al. *Les historiens français en mouvement*. Paris: PUF, 2015. p. 1-6. e-book.
- STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques. Introduction: space and scale in transnational history. *The International History Review*, v. 33, n. 4, p. 573-584, 2011.
- SUBRAHAMANYAM, Sanjay. Collection and comprehension: Europeans, Ottomans and Mughals, 1550-1750. In: CHAM INTERNATIONAL CONFERENCE. Conferência de Abertura. Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/chamconference/CHAMInternacionalConference.html>>. Acesso em: 14 set. 2015.
- _____. O gosto pelo arquivo é poliglota: entrevistado por Anne-Julie Etter e Thomas Grillo. In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 47-53.

- VENGOA, Hugo Fazio. La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado y del presente. *Historia Crítica Edición Especial*, Bogotá, p. 300-319, nov. 2009.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system I*. Nova York: Academic Press, 1974.
- WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da Anphlac*, n. 14, p. 9-36, 2013.
- WOOD, Peter H. From Atlantic history to a continental approach. In: MORGAN, Philip D.; GREENE, Jack P. *Atlantic history: a critical appraisal*. Nova York: Oxford University Press, 2009. p. 279-298.
- WOOLF, Daniel. *Uma história global da história*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michael. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. *Annales HSS*, n. 1, p. 7-37, 2003.